



Número: **0000485-47.2015.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **05/05/2015**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20590218	16/04/2019 11:45	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23106332	30/07/2019 13:46	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
23106335	30/07/2019 13:47	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
29090441	13/03/2020 13:10	Mandado	Mandado



Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUÍ – ESTADO DA PARAÍBA

0000485-47.2015.815.0271



Recebido hoje sob protocolo

08.04.2015

(Handwritten signature)

(Handwritten signature)

VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, agricultora, portadora da Carteira de Identidade nº. 2.147.918 -SSP/PB e do CPF nº. 029.977.944-04, residente e domiciliado na Rua Projetada, s/n, Nova Palmeira- PB, vem por meio de seu procurador, Advogado "in fine" assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: "a simples declaração firmada pela parte que

1

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)." Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "direito e garantia fundamental" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumprе ressaltar inicialmente que no dia 04/11/2012, por volta das 17h00min, nas proximidades da Creche Luzia Mercês do Amaral, a requerente sofreu acidente de trânsito, queda de moto, quando vinha conduzido uma moto Honda POP 100, em companhia de sua irmã, ao transpassar por uma esquina o pneu da moto derrapou e fez com que ambas caíssem ao solo. Deste modo, devido ao sinistro, a *autora permaneceu lesionada gravemente no membro superior esquerdo, além de ter sofrido também várias escoriações.*

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 677/2012 expedido pela Delegacia Regional de Polícia Civil desse Município de Picuí/PB, a requerente no momento do acidente pilotava a moto Honda POP 100, cor vermelha, ano/mod 2012/2012, placa OFH-9685/PB, chassi 9C2HB0210CR497477 Renavam 492993424 licenciada em nome Da requerente.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, a requerente foi socorrida para o Hospital de Nova Palmeira, e devido a gravidade dos ferimentos foi encaminhada para o Hospital Regional de Picuí, nessa cidade, onde foi submetida a tratamento médico cirúrgico e permaneceu internada, tendo ficado incapacitada para as suas ocupações habituais por mais de **90 dias**.

Portanto, desse sinistro o requerente permaneceu inválido permanentemente, conforme denuncia o atestado em anexo.

Logo, nos leva a concluir pela invalidez permanente da mesma, devendo esse nobre juízo reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o at. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

“Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovimento da apelação. Manutenção da sentença. Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguero, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução. (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro da requerente ter acontecido no ano de 2012, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11945/2009:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

07
mm

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio	Percentual da Perda
Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **das sequelas no membro superior esquerdo (70% - setenta por cento)**, o que perfaz o percentual correspondente aos 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pela autora.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligencia, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 – (71202) – 5ª
C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J. 08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo

8

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Pícuí - PE

CEP. 58.187.000

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 11:44:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19041611453100000000020028313>

Número do documento: 19041611453100000000020028313

Num. 20590218 - Pág. 8



Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do esgotamento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colocou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des.

9

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Pícul - PE

CEP. 58.187.000

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 11:44:18

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904161145310000000020028313>

Número do documento: 1904161145310000000020028313

Num. 20590218 - Pág. 9

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág.

7)



Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 9.450,00 (nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pela promovente **no membro superior esquerdo**, ou seja, setenta por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja a autora submetida a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou



pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.



Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 19 de junho de 2013.


NILO TRIGUEIRO DANTAS

OAB-PB 13.220





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

13

Anexo 01

QUESITOS

1) *Se existe nexô causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*

2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*

3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*

4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*

5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*



su

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas: crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10





Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

15/11/2016

O (a) Outorgante Vilma Karla Alves de Oliveira
brasileiro(a), Alteira, agricultora, portador(a) do RG nº.
2147918 expedido por SP/PB em 1/1 e do CPF nº.
029977944-04 residente na(o) Projetada 12/m

_____ município de
Nova Palmeira PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador e advogado o Bel. **NILO TRIGUEIRO DANTAS, OAB-PB 13.220**, brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional no Empresarial Evanisa Dantas localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 28 de novembro de 2016

Vilma Karla Alves de Oliveira
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB

CEP. 58.187.000

E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br

nilotdantas@hotmail.com

(83) 3371 2274 / 9912-5490 / 9104 9190





JOSEFA ALVES DE OLIVEIRA
R PROJETADA S/N - CENTRO
CEP 58184000 - NOVA PALMEIRA / PB (AG: 80)

Classe: RESIDENCIAL BR Monofásica

Roteiro: 06-082-650-4010

Nº do Medidor: 00008153933

0

Referência: OUT/2012

Emissão: 16/10/2012

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Dr 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 15.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica

Nº 460310

Atendimento ao Cliente: 0800 083 0158

Reservado ao FISCO

7146 bbf3.f72b.31a7.7a00.8b4d.9f72.92ec

08/2012 - Conjunto Pedra Lavrada

Identificador para Débito Automático: 00013085790

CODIGO DO CONSUMIDOR

5/1308579-0

DIC MENSAL	6,9	0,85	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	13,7		CONTRATADA	
DIC ANUAL	27,5		LIMITE INFERIOR	201
IC MENSAL	3,4	1,00	LIMITE SUPERIOR	231
IC TRIMESTRAL	6,7			
IC ANUAL	13,5			
DMIC	4,0	0,85		

DIC: De horas que o cliente ficou sem energia. IC: nº de vezes que o cliente ficou sem energia. DMIC: duração em horas, da maior interrupção de energia no período. DICTr: Duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico. Possíveis valores individuais: apurados acima dos padrões nesta unidade sanam a responsabilidade direta a companhia. O direito do consumidor é de qualquer tempo, a qualquer dia dos indicadores de qualidade.

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

JOSEFA ALVES DE OLIVEIRA

OUT/2012

19/10/2012

R PROJETADA S/N

NOVA PALMEIRA

CNPJ/CPF 1621714468

12/11/2012

Faturas em atraso

SET/2012	130
AGO/2012	154
JUL/2012	128
JUN/2012	148
MAY/2012	168
ABR/2012	149
MAR/2012	154
FEV/2012	110
JAN/2012	131
DEZ/2011	154
NOV/2011	120
OUT/2011	114

FATURAS
VENCIDAS ATÉ DIA
11/10/2012 PAGAS.
OBRIGADO!

13/09/12 3467 15/10/12 3637 1 170 32

Valor (R\$)

FORNECIMENTO DE ENERGIA

30 X 0.13125	3,93
70 X 0.22498	15,74
70 X 0.33749	23,62

IMPOSTOS / ENCARGOS

PIS:	0,80
COFINS:	2,80
CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA	3,89
JUROS DE MORA 09/2012	0,07
MULTA 09/2012	0,85
ICMS (Base de Cálculo R\$ 83,90 Aliquota 20.00%)	16,78

QUANTIDADE DOS ÚLTIMOS MESES: 138 KWh

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA ENERGISA/PB	20,81	30,48
COMPRA DE ENERGIA	18,24	26,71
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	2,28	3,34
ENCARGOS SETORIAIS	1,95	2,87
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	24,99	36,60
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
TOTAL	68,28	100,00

Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 08/2012): R\$ 24,19

Reaj. Tarifa Vig 28/06/12 Res. ANEEL 1.338-Reaj. Médio: Grupo A - 4,27%, | Grupo B: 3,60%

- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$20,43

- As demonstrações contábeis, societária e regulatória, estão disponíveis na internet

VENCIMENTO

26/10/2012

TOTAL A PAGAR

R\$ 68,28



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 16/04/2019 11:44:18

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904161145310000000020028313

Número do documento: 1904161145310000000020028313

Num. 20590218 - Pág. 16

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

18/09

Eu, Vilma Karla Alves de Oliveira
brasileiro(a), Salvador, agricultora, portador do
RG nº 2147918 expedido por SSDPB e do CPF nº
029977944-04, residente na(o)
Rua: Projetada 18/n, município
de Nova Palmeira - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Nova Palmeira - PB, 18 de Setembro de 2013.

Vilma Karla Alves de Oliveira
DECLARANTE

(A rgo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA MUNICIPAL DE PICUI
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP 58.187-000. Fone: (83) 3371-2324



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº 677/2012

19
10/02/12

HORA DO FATO: 17:00 horas

DATA DO FATO: 04/11/2012

DATA E HORA QUE DELEGACIA TOMOU CONHECIMENTO DO FATO:

ÀS 08h35 minutos DO DIA 04/12/2012.

O COMUNICANTE(QUALIFICAÇÃO): VALKICIA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, agricultora, nascida em 02/04/1978, natural de Picuí/PB, filha de Luiz Carlos de Oliveira e de Josefa Alves de oliveira, residente na Rua Projetada, 09, Centro, Nova Palmeira - PB. RG Nº. 2.147.912 2ª via SSP – PB.

TESTEMUNHAS: 1º) ADEILSON GOMES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, motorista, residente na Rua Almisa Rosa, 118, Centro, Nova Palmeira-PB; 2º) MARIA DE FATIMA FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, agricultora, residente na Rua Almisa Rosa, 121, centro, Nova Palmeira-PB.

NARRAÇÃO DO FATO: Que a comunicante no dia 04/11/2012, por volta das 17h00min, nas proximidades da Creche Luzia Mercedes do Amaral, localizada na Avenida Rivaldo Henriques, centro, de Nova Palmeira-PB, foi vítima de acidente de trânsito, queda de moto, quando vinha trafegando pela citada avenida, como passageira na moto Honda POP 100, ano/mod 2012/2012, placa OFH-9685/PB, chassi 9C2HB0210CR497477, Renavam 492993424, licenciada junto ao Detran em nome da comunicante, a qual era pilotada pela irmã da mesma, a senhorita VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, agricultora, nascida em 24/12/1976, natural de Nova Palmeira/PB, filha de Luiz Carlos de Oliveira e de Josefa Alves de Oliveira, residente na Rua Projetada, 09, Centro, Nova Palmeira - PB. RG Nº. 2.147.918 SSP – PB; e no momento em que vinham transitando em sua mão de direção e inesperadamente ao manobrar para entrar em uma esquina, o pneu dianteiro da moto acabou derrapando e fazendo com que a pilota VILMA viesse perder o controle de direção da moto e a derrubar as duas ao solo; Que logo após a ocorrência do acidente, tanto a comunicante, como sua irmã foram socorridas para o Hospital Municipal de Nova Palmeira-PB, e devido a gravidade dos ferimentos apresentados foram encaminhadas para o Hospital Regional de Picuí, nessa cidade, onde foram submetido a tratamento médico especializado. Que por ter caído ao solo, a comunicante acabou se lesionando gravemente e permanece com sequelas no membro inferior esquerdo, ante o edema vascular apresentado, já VILMA acabou fraturando o Membro Superior Esquerdo, além de ambas terem sofrido várias escoriações também. Era o que continha a registrar o qual vai assinado pela comunicante. Declara a comunicante que as lesões por ela e por sua irmã sofridas foram ocasionadas em decorrência do acidente de trânsito ora noticiado, bem como declara ainda ser conhecedor (a) das sanções Cíveis, Administrativas e Criminais a que está sujeito (a), quanto ao que aqui declarado, caso não porte estritamente a verdade, principalmente as penas contidas no art. 299 do Código Penal.

Picuí/PB, 04 de dezembro de 2012.

Valkicia A. de Oliveira

COMUNICANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 9640796102
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
VIA COD. RENAVAM BRT 201226000093405-8
1 49299342-4 00/00000000 2012

NOME
VALKICIA ALVES DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ
02997774489

PLACA
OFH9685/PB

PLACA ANT./UF
NOVO PB 9C2HB0210CR497477

ESPECIE TIPO COMBUSTIVEL
PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC GASOLINA

MARCA/MODELO ANO FAB. ANO MEC.
HONDA/POP100 2012 2012

CAP/POT/CIL. CATEGORIA COR PREC/DOMINANTE
2 P/97 /C/T PARTIC VERMELHA

IPVA COTA ÚNICA VENC. COTA ÚNICA VENC. COTAS
IPVA PAGO EM 26/10/2012 1ª
FAIXA IPVA PARCELAMENTO/COTAS 2ª
***** 0 3ª

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO P A G O 26/10/2012

OBSERVAÇÕES
A.F ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

NOVA PALMEIRA-PB DATA
40649 08/11/2012
33553

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS
MOTORES DE V. TERRESTRE OU POR SUAS CARGAS A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NÃO SEGURO DPVAT

PB Nº 9640796102 BILHETE DE SEGURO DPVAT

EXERCÍCIO
2012

CPF / CNPJ
02997774489

PLACA
OFH9685/PB

BILHETE DE SEGURO DPVAT

PB Nº 9640796102 EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2012 08/11/2012

VIA CPF / CNPJ PLACA
1 02997774489 OFH9685/PB

RENAVAM MARCA / MODELO
492993424 GAS HONDA/POP100

ANO FAB. CAT. SUSEN. N. CHASSI
2012 9 9C2HB0210CR497477

PRÊMIO TARIFÁRIO

PREM (R\$) DETRAN (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
***** ***** *****

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)
***** SEGURO P A G O

PAGAMENTO DATA DE QUITAÇÃO
☒ COTA ÚNICA ☐ PARCELADO 26/10/2012

Seguradora Líder dos Consórcios
do Seguro DPVAT-S/A

CNPJ: 09.248.608/0001-04
33553-1116284-20121108

JAN-2012





PREFEIRURA MUNICIPAL DE NOVA PALMEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CENTRO DE SAÚDE DRº FRANCISCO MEDEIROS DANTAS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito junto ao órgão competente, que no dia 04 de Novembro de 2012, foram socorridas as vítimas de acidente de Moto POP-100 Placa nº OFH: 9685. A senhorita Vilma Karla Alves de Oliveira portadora do RG: 2147918, e senhorita Valkicia Alves de Oliveira portadora do RG: 2147916 nessa Unidade de Saúde e logo após encaminhadas para o Hospital Regional de Picuí-PB ambas solteiras residentes na Rua:Projetada nº 09 nesta cidade.

É verdade e dou fé.

Nova Palmeira-Pb 20 de Novembro de 2012

CENTRO DE SAÚDE
Rua Jorge de Mendonça, S/N
Nova Palmeira - PB

Maria Livramento de Lima





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI - "Felipe Tiago Gomes"

22

Declaração

*Declaro para fins previdenciários junto a, Instituto Nacional de Seguro Social-INSS, agência: Cuité - PB, que o(a) Sr(a): **Vilma Karla Alves de Oliveira, RG: Nº 2.147.918 SSP/PB, Agricultora**, nascido em: **24/12/1976**, residente: Rua Projetada, Centro, Município de: **Nova Palmeira - PB**, deu entrada nesta unidade Hospitalar, para tratamento Ortopédico, na data: **04/11/2012**, **vitima de acidente automobilístico, CID: S52.6**; Estando o(a) mesmo (a) impossibilitado(a) de exercer suas atividades profissionais por: **60 dias**, a partir desta data. O documento encontra-se no SAME (Setor de Arquivo Médico) a disposição do INSS.*

Picuí-PB, 10 de Dezembro de 2012.

Dr. Marcos Antonio Ayres

Ortopedista

CRM-PB - 1547

*Dr. Marcos A. Ayres
CRM-PB 1547
CPF 036.947.72*

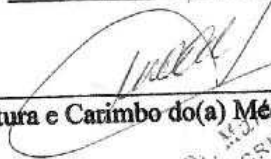


93
10/12/12

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Valmíria Karla A. Oliveira portador(a) da identidade RG _____, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às _____ horas, submetido(a) a Trat. ORT, portador da patologia CID-10 S52.6, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data. De
04/11/12

Picuí, 10/12/12


Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a)

Dr. M. J. S. A. Aguiar
CRM-PB 17.394-12
CPF 050.961.394-12

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o(a)
Dr. (a) _____, a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal

1ª VIA-PACIENTE

2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 05/05/2015 16 horas 31 minutos

Processo: 0000485-47.2015.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : VILMA KARIA ALVES DE OLIVEIRA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : JEREMIAS DE CASSIO CARNEIRO DE

Promotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM


24
000



D A T A

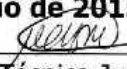
Recebidos os presentes autos em
Cartório, nesta data.

Picuí - PB, **8 de maio de 2015.**


Marily Cileide de B. Medeiros - Técnica Judiciária

CERTIDÃO


Certifico que o presente feito foi distribuído e **me foi entregue nesta data, o qual veio autuado, numerado e rubricado.** Dou fé
Picuí, **8 de maio de 2015.**


Analista / Técnica Judiciária

CONCLUSÃO

Faço concluso nesta data ao MM. Juiz de
direito desta Comarca.

Picuí, 12 / 05 / 2015.


Analista / Técnica Judiciária



() N. AUTOS;
() SEQUEL;
() DESPACHO
() DECISÃO
() SENTENÇA

21 MAIO 2015

Marcos Jacobá Filho
Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

PROCESSO N. 0000485-47.2015.815.0271

NATUREZA: COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO

AUTOR: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA


PROMOVIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A

DESPACHO

Vistos.

Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, trazer aos autos comprovação documental de sua hipossuficiência financeira, Lei 1.050/1960, (carteira de trabalho, declaração de imposto de renda (ou de sua isenção), holerite, etc.), para fins de análise de gratuidade de justiça, sob pena de cancelamento na distribuição.

Picuí, 21 de maio de 2015.


MARCOS AURÉLIO PEREIRA JATOBÁ FILHO
Juiz de Direito

DATA

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, ____/____/2015.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



97
mm

Poder Judiciário - Estado da Paraíba

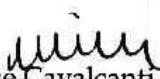
Comarca de Picuí-PB - Vara Única

CERTIDÃO

Certifico que nesta data encontrei o presente feito paralisado e passo a impulsioná-lo. Dou fé.

Picuí, 09 de março de 2016.

(R)


Vinícius José Cavalcanti de Lima
Analista Judiciário

CERTIDÃO


Certifico que encontrei o presente feito paralisado e passo a impulsioná-lo. Dou fé.
Picuí, 13 de março de 2016.

VISTO EM INSPEÇÃO/CORREÇÃO/REVISÃO

1. () Conclusão no MM. Juiz para os devidos fins.
2. (x) Cumprase o despacho no prazo de 30 dias.
3. () Cumpra-se a sentença no prazo de _____ dias.
4. () Proferir despacho/decisão em _____ dias.
5. () Cumpra-se com urgência o despacho/decisão em _____ dias.
6. () Proferir despacho/decisão com urgência em _____ dias.
7. Provimento: a) (x) Cumprido b) () Não Cumprido

13 de mar de 2016

Welton Almeida Ramos

Deputado Auxiliar

Obs: Validade da certidão: a) quando condicionada à ratificação em ata.



CERTIDÃO
nesta data,
passo a cumprir
o Provimento
retro.

31 de 05 de 2016

[Assinatura]

Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS

(M)

CERTIDÃO
Nº 075/2016

31 de 05 de 2016

[Assinatura]

Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS

(M)





- 00841 Processo: 0004927-87.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: GERALDO BRAZ DE OLIVEIRA ADV: JOSE MATTHESON NORRIS DE SOUSA, EMILIO HENRIQUE DE ALMEIDA, REU: MUNICÍPIO DE PASSAGEM ADV: HEBER TUBURTO LEMTE, DELMIRIO GOMES DA SILVA NETO. Despacho: Intime-se para a sentença que extinguiu os autos pelo pagamento da dívida.
- 00842 Processo: 0005557-80.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: ESTADO DA PARAIBA ADV: GILBERTO CARNEIRO DA GAMA, EDUARDO HENRIQUE V DE ALBUQUERQUE. Despacho: Intime-se o PROMOTOR PARA OURENDO, EM TRINTA DIAS, IMPUGNAR A RESOLUÇÃO.
- 00843 Processo: 0005088-73.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: GILBERTO TRINDADE FERREIRA ADV: EMANUEL SARAVIA FERREIRA. Despacho: Intime-se o AUTOR SOBRE O PLEITO DE FLS 75/80, EM DEZ DIAS.
- 00844 Processo: 0006258-36.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUT: JOAO MACARIO NETO ADV: EMANUEL SARAVIA FERREIRA, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT ADV: RODRIGO AYES MARTINS DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se AS PARTES PARA DIZEREM SE PRETENDEM PRODUIR OUTRAS PROVAS, ESPECIFICANDO-AS, EM DEZ DIAS.
- 00845 Processo: 0006957-18.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: DAMIAO LOURENCO DE OLIVEIRA ADV: JOSE MATTHESON NORRIS DE SOUSA, EMILIO HENRIQUE DE ALMEIDA. Despacho: Intime-se DA SENTENÇA QUE EXTINGUIU OS AUTOS PELO PAGAMENTO DA DÍVIDA.
- 00846 Processo: 0007360-52.2013.815.0251 - BUSCA E APREENSÃO AUT: A. C. N. H. ADV: NELSON PASCHOALOTTO, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO. Despacho: Intime-se DA SENTENÇA QUE HOMOLOGOU O PEDIDO DE DESISTÊNCIA.

- 6A. VARA DE PATOS NF 069/16 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.731 de 01-09-03). 00847 Processo: 0001116-27.2016.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: JOSE DOS SANTOS FERREIRA ADV: AYLAN DA COSTA PEREIRA. Despacho: Intime-se para apresentar as alegações finais, no prazo legal.
- 00848 Processo: 0000893-86.2016.815.0251 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: LEANDRO LUCENA CAETANO ADV: MARIA JOSE LUCENA DE MEDEIROS. Despacho: Intime-se a sentença de primeira instância.
- 00849 Processo: 0001465-47.2016.815.0251 - PROCEDIMENTO ESPECIAL REU: CARLOS ALEXANDRE DOS SANTOS VASCONCELOS ADV: HALEM ROBERTO ALVES DE SOUZA. Despacho: Intime-se advogado ao acusado, para comparecer a audiência JURA, designada para o dia 22/06/2016, às 09 horas, na sala de audiência da 6ª Vara, no Edifício do Fórum da Comarca de Patos - PB.
- 00850 Processo: 0001561-35.2016.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: CARLOS GOMES VIANA ADV: MARIA JOSE LUCENA DE MEDEIROS, GERALDO CARLOS FERREIRA. Despacho: Intime-se os advogados de acusação, para comparecerem a audiência JURA, designada para o dia 22/06/2016, às 11 horas, na sala de audiências da 6ª Vara, no Edifício do Fórum da Comarca de Patos - PB.
- 00851 Processo: 0004085-95.2016.815.0251 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: EDI SUZA PEREIRA DE SOUSA ADV: ERIKA FABIOLA RIBEIRO MUDERNO. Despacho: Intime-se da sentença. Impedimento da denúncia. Absolvido.

- 7A. VARA DE PATOS NF 097/16 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC). 00852 Processo: 0000613-30.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: EDIVALVA MACHADO DE OLIVEIRA ADV: ANTONIO MARCOS HONORIO DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se a réplica no prazo legal.
- 00853 Processo: 0000694-13.2014.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ROUSSENE GORGES DA NORRIS ADV: SAULO MEDEIROS DA COSTA SILVA. Despacho: Intime-se para o prazo de 10 dias recursos o que entender de direito, especificando as provas que pretende produzir ou requer o julgamento antecipado da lide, se entender que as provas produzidas são suficientes.

- 00854 Processo: 0000805-03.2011.015.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: FAYV INDI E CON DE FECHOS ADV: CHARLES FELIX LAYME. REU: EXPEDITO PEREIRA RODRIGUES ADV: HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES. REU: UNIVALVA GALDINO PEREIRA ADV: HUMBERTO LEITE DE SOUSA PIRES. Sentença: Intime-se para conhecimento da sentença.
- 00855 Processo: 0001484-94.2014.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: WALISSON RICHARD DA SILVA FARIAS ADV: JOSE GOMES NETO. Despacho: Intime-se para se manifestar sobre o laudo pericial, dentro da manifestação das alegações finais.
- 00856 Processo: 0001554-33.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DAQUIA LUCENA DOS SANTOS ADV: TACIANO FORTES DE FREITAS, VIVIANE FONTES DE OLIVEIRA. REU: WALDO AGOSTINHO DE SOUSA ADV: DANUZA FERREIRA RAMOS. Despacho: Intime-se para em 05 dias dizer da possibilidade de conciliação ou produção de provas ou se já se sentenças com as produzidas. Requerimento para realização fundamentada sobre lide por inexistência.

- 00857 Processo: 0001728-46.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSÃO AUT: BANCO TAT SIA ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KASAKI. Despacho: Intime-se para regular o que entender de direito em 10 dias.
- 00858 Processo: 0001767-74.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: MARIA DAS GRACAS SILVA DE LUCENA ADV: ALEXANDRE DA SILVA OLIVEIRA. Despacho: Intime-se parte autora para fazer aos autos a guia de supramento, a teor do art. 77 da LRP.
- 00859 Processo: 0002095-13.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: KARLA NIEDIA MARQUES PINHEIRO KORTZ ADV: CARLOS AUGUSTO PINHEIRO CAVALCANTE JUNIOR. Sentença: Intime-se para conhecimento da sentença.

- 00860 Processo: 0002095-23.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: LIGIA KELLY ALVES DE MEDEIROS ADV: DYEGO TRAJANO RAMALHO. Adv Oritrator: Intime-se para apresentar impugnação no prazo legal.
- 00861 Processo: 0003005-55.2008.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE ANASTACIO PEREIRA FILHO ADV: PAULO CESAR DE MEDEIROS, REU: MAHINS COM E SERV DE DISTRIBUIÇÃO G. A ADV: ZENILDO GONCALVES DE MENDONÇA, FABRICIO MONTENEGRO DE MORAES. Sentença: Intime-se para conhecimento da sentença.

- 00862 Processo: 0003117-77.2013.815.0251 - USUCAÇÃO AUTOR: JOSE RONALDO NEVES DA SILVA ADV: JOSE GOMES NETO. AUTOR: VALERIA FIGUEIREDO GUEDES ADV: JOSE GOMES NETO. Despacho: Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 19/06/2016, às 11:00 horas, na sala de audiências da 7ª Vara Mista desta Comarca. Intime-se, ainda, para tomar ciência do despacho de fls. 54/55.

- 00863 Processo: 0003410-13.2014.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: GILBERTO LALIO DA SILVA NUNES ADV: RUBENS LEITE NOGUEIRA SILVA. Despacho: Intime-se sentença a sentença que determine o cancelamento do processo.

- 00864 Processo: 0003468-64.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE DANILOTON RAMON IZIDIO DE SOUZA ADV: BRUNO VIEIRA FERNANDES PINHEIRO. Despacho: Intime-se a réplica no prazo legal.

- 00865 Processo: 0004195-93.2012.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: BANCO FINASA BMC S/A ADV: WILSON BELCHIOR, WILSON SALES BELCHIOR. Despacho: Intime-se para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

- 00866 Processo: 0005648-39.2013.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: STOFFEL DO NASCIMENTO SOUSA ADV: RAIMUNDO MEDEIROS DA NOBREGA FILHO, REU: JOSE KLEBER DE SOUSA BRITO REU: JOSEFA DO NASCIMENTO SOUSA REU: FRANCILEIDE DO NASCIMENTO ARAUJO. Despacho: Intime-se a parte autora para informar quanto a existência de inventário em relação aos bens deixados por Josefa do Nascimento Sousa.

- 00867 Processo: 0005673-81.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: FRANKLIN DOS SANTOS SILVA ADV: GUILHERME TRINDADE H. B. CAVALCANTE. Despacho: Intime-se a réplica no prazo legal.

- 00868 Processo: 0005869-91.2012.815.0251 - INTIMACAO OU SUPPL. AUTOR: CLAUDETE DE FATIMA DA CONCEIÇÃO ADV: TATIANA BARRETO BARROS QUEIROZ. Despacho: Intime-se a autora da sentença que julgou procedente o pedido.

- 00869 Processo: 0005100-70.2015.815.0251 - BUSCA E APREENSÃO AUT: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO ADV: HENRIQUE BURIL WEBER, JOSEMAR MENDES ROCHA NETO. Despacho: Intime-se a parte autora da sentença que determinou o cancelamento dos autos por falta de interesse processual.

- 00870 Processo: 0005113-77.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE ALBERTO PEREIRA GUIMARAES ADV: EMANUEL SARAVIA FERREIRA. Despacho: Intime-se a réplica no prazo legal.

- 00871 Processo: 0005258-40.2015.815.0251 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: RAYSSA LINHARES DE OLIVEIRA ADV: GUILHERME TRINDADE H. B. CAVALCANTE. Despacho: Intime-se a réplica no prazo legal.

- 00872 Processo: 0007701-27.2012.815.0251 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTOR: BANCO PARAFISCO FINANCIAMENTOS S/A ADV: ANA CAROLINA FREIRE TERTULIANO. Despacho: Intime-se para apresentar as contrarrazões no prazo legal.

- 00873 Processo: 0008260-48.2014.815.0251 - BUSCA E APREENSÃO EM AUTORA: C. F. L. S. ADV: CARLOS GILBERTO DE ANDRADE HOLANDA. Despacho: Intime-se a parte da sentença que cancelou a distribuição do presente processo.

PAULISTA

- VARA UNICA DA COMARCA DE PAULISTA NF 047/16 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00874 Processo: 0000050-32.2016.815.1171 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: J. P. N. L. ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA, AUTOR: J. P. N. L. ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA, REPRESENTANTE LEGAL, A. S. N. ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA, REU: J. P. G. L. Despacho: Intime-se a INTIMACAO DE AUDIENCIA DESIGNADA PARA DIA 27/06/2016 TEVE SEU HORARIO MODIFICADO PARA AS 14:00.

- 00875 Processo: 0000210-17.2015.815.1171 - SEPARAÇÃO LITIGIOSA AUT: L. S. S. ADV: FRANCISCO CAVALCANTE FILHO, REU: V. B. C. ADV: FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA. Despacho: Intime-se AUDIENCIA DESIGNADA PARA DIA 27/06/2016 TEVE SEU HORARIO MODIFICADO PARA AS 15:00.

PEDRAS DE FOGO

- VARA UNICA DE PEDRAS DE FOGO NF 081/16 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00876 Processo: 0000287-89.2015.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: SALVADOR RODRIGUES TORRES JUNIOR ADV: LITIO TADEU COSTA DOS SANTOS, LITIO TADEU COSTA DOS SANTOS. Despacho: Intime-se A PARTE APELADA PARA RESPONDER EM 15(DIEZ) DIAS.

- 00877 Processo: 0000329-58.2016.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: OSMAEL ESTEVAM TEODORO ADV: CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO, IZAUARA FALCAO DE CARVALHO E MORAIS. Despacho: Intime-se designada a pericia médica no DML no dia 22/06/2016.

- 00878 Processo: 0000328-43.2016.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ALEXSANDRO INACIO DOS SANTOS ADV: CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO, IZAUARA FALCAO DE CARVALHO E MORAIS. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 02/06/2016, às 08:45 horas, no fórum local.

- 00879 Processo: 0000428-32.2015.815.0571 - USUCAÇÃO AUT: PASCOAL, JANUARIO FILIZOLA CARRAZZONI ADV: CRISTIANA ALBUQUERQUE FREIRE, AUTOR: MARIA JOSE BERNARDO DA SILVA ADV: CRISTIANA ALBUQUERQUE FREIRE. REU: SUZANA RIBEIRO DA COSTA CARRAZZONI ADV: BISMARCK MARTINS DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se DEFENSOR O PEDIDO PARA SUSPENDER QUALQUER ATIVIDADE AGRÍCOLA DE BENEFICIAMENTO OU CONSTRUÇÃO DO IMÓVEL, USUCAPANDO, ATÉ A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, QUANDO O JUIZ PODERÁ REVER A PRESENTE DECISÃO.

- 00880 Processo: 0000444-19.2016.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: JOSE TONICQUES MACIEL ADV: JOSE ILZINALDO DOS SANTOS IDEAO. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 07/07/2016 às 10:30 horas, no fórum local.

- 00881 Processo: 0000445-04.2016.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ADEMIR FELIX DE LIMA ADV: ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. AUTOR: SEVERINO DUARTE DA SILVA FILHO ADV: ANANIAS LUCENA DE ARAUJO NETO. Despacho: Audiência designada para o dia 07/07/2016 às 10:15 horas, no fórum local.

- 00882 Processo: 0000446-23.2015.815.0571 - DIVÓRCIO LITIGIOSO AUT: F. R. S. ADV: FLAWBER RAPHIEL DA SILVA FERREIRA. Sentença: Divórcio homologado.

- 00883 Processo: 0000451-38.2015.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: BANCO DO BRASIL S/A ADV: PATRICIA DE CARVALHO CAVALCANTE. Despacho: Intime-se o promotor, através de seu advogado, para pagar o valor da condenação de R\$56.535,29 (sessenta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos), no prazo de 15 dias, sob pena de multa 10%.

- 00884 Processo: 0000501-37.2013.815.0571 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO REU: DBD LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL ADV: NELSON PASCHOALOTTO. Despacho: Intime-se A PARTE PROMOTORA PARA SE MANIFESTAR LITIGIOSAMENTE SOBRE A ARGUMENTAÇÃO DE INTIMIDADE DA IMPUGNAÇÃO NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

- VARA UNICA DE PEDRAS DE FOGO NF 081/16 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.731 de 01-09-03).

- 00885 Processo: 0000151-88.2012.815.0571 - AÇÃO PENAL - PROCEDE REU: ALEXANDRE SOARES RIBEIRO ADV: FRANCISCO EDUARDO REGIS DE ASSIS. Despacho: Intime-se habilitação defensiva, vistas dos autos pelo prazo de 40 horas.

PICUI

- VARA UNICA DA COMARCA DE PICUI NF 078/16 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00886 Processo: 0000151-38.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: EVANDERSON MEDEIROS HENRIQUES DE SOUZA ADV: DIEGO VIRGINIO SOUZA SANTOS. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 07/07/2016, às 09:20 horas.

- 00887 Processo: 0000461-82.2016.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: ANTONIO SANTOS DO NASCIMENTO ADV: DIEGO RAGNER SANTOS DANTAS. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 07/07/2016, às 10:30 horas.

- 00888 Processo: 0000463-52.2016.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JOSE RICARDO DOS SANTOS CORREIO ADV: UDENILSON DA SILVA SILVEIRA. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 07/07/2016, às 10:00 horas.

- 00889 Processo: 0000485-47.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTOR: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA ADV: NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar as autos com o comprovante de depósito em nome de depósito bancário, conforme a Lei 1.659/1960, (carteira de trabalho, declaração de inexistência de rendimentos, isenção) e/ou boleto.

- 00890 Processo: 0000485-47.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTOR: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA ADV: NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A. Despacho: Intime-se para a análise de gratuidade de justiça, sob pena de cancelamento na distribuição. (L.)

- 00891 Processo: 0000503-34.2016.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: JOSE ROQUE DOS SANTOS ADV: JOSE ALEXANDRE SOARES DA SILVA. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 07/07/2016, às 11:40 horas.

- 00892 Processo: 0000613-33.2016.815.0271 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: LUIS CAVALCANTE NETO ADV: ADRIANO MOREIRA DE QUEIROGA. Despacho: Audiência de conciliação designada para o dia 07/07/2016, às 11:45 horas.

- 00893 Processo: 0000650-35.2013.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: ISABEL MARIA DANTAS ADV: MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA, REU: BRASESCO FINANCIAMENTO S/A ADV: JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO. Despacho: Intime-se a parte re para no prazo de dez 10 dias, informar se há possibilidade de composição amigável e, em caso negativo, dizer se pretende produzir outras provas, especificando-as, em caso negativo.

- 00894 Processo: 0000710-75.2016.815.0271 - EXECUÇÃO FISCAL AUTOR: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DA PARAIBA ADV: VIVIAN STEVE DE LIMA, REU: CIEHARDE FATIMA DANTAS. Sentença: Processo extinto. (L.) Sendo assim, com fulcro no art. 734, Inc. I, do CPC, extinto a presente ação. (L.) P.R.I. (L.)

- 00895 Processo: 0000826-17.2014.815.0271 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTOR: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A ADV: EDIVDO SOBRINHO REXMOTO DAVRE. REU: CONCEIÇÃO PALMIRE. ADV: CARLOS SANTOS MAGALHÃES. REU: FRANCISCO XAVIER DE MACEDO REU: DEUSNITA DOS SANTOS MACEDO. Despacho: Processo extinto. (L.) Sendo assim, com fundamento no art. 754, Inc. I, do CPC, declaro extinta a presente ação. (L.) P.R.I.

PILAR

- VARA UNICA DE PILAR NF 077/16 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00896 Processo: 0000669-14.2014.815.0291 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTOR: IREJEA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS ADV: MARIA EDNA FERREIRA. REU: CARTORIO DE SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE MOVIS ADV: MARIANA DE FRANCA SANTOS, NATALIA DE FRANCA SANTOS. Sentença: Intime-se a extingui o direito sem resolução do mérito.

PIRIPITUBA

- VARA UNICA DA COMARCA DE PIRIPITUBA NF 047/16 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPP Com redação da Lei 8.731 de 01-09-03).

- 00897 Processo: 0000738-91.2015.815.0511 - CARTA PRECATÓRIA CRI REU: JOSE ALTON FERNANDES DA SILVA ADV: IRAPONIL SIQUEIRA SOUSA, EDUARDO DOS SANTOS COSTA, REU: JOSE FRANCISCO NUNES ADV: JOSE DUTRA DA R. FILHO. Despacho: Intime-se Audiência 07/06/2016, às 12:20 h. fórum local.

- 00898 Processo: 0000740-61.2015.815.0511 - CARTA PRECATÓRIA CRI REU: MARIO LUCIO FIRMINO DA SILVA ADV: HENRIQUE TOSCANO HENRIQUES. VITIMA: ANTONIO FELIPE CARVALHO. Despacho: Intime-se Audiência 07/06/2016, às 09:20 h. fórum local.

- 00899 Processo: 0000893-67.2015.815.0511 - CARTA PRECATÓRIA CRI REU: JOSE ALTON FERNANDES DA SILVA ADV: IRAPONIL SIQUEIRA SOUSA, JOSE DUTRA DA R. FILHO. Despacho: Intime-se Audiência 07/06/2016, às 10:20 h. fórum local.

POCINHOS

- VARA UNICA DE POCINHOS NF 084/16 (INTIMACAO: ART. 236 DO CPC).

- 00900 Processo: 0000095-16.2013.815.0511 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: MARIA JOSE DA SILVA GONCALVES REU: CATEGORIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: CLEANTO GOMES PEREIRA JUNIOR. Despacho: Intime-se O Advogado do devedor para pagar o débito no prazo de 15 dias, acrescido de custas, se houver sob pena de o débito ser acrescido de multa de 10%, além de outras 10% de honorários advocatícios, perhor e avaliação.

- 00901 Processo: 0000109-85.2013.815.0511 - PROCEDIMENTO DO JUIZ AUTOR: HOSIL APOLINAR REU: CATEGORIA DE AGUA E ESGOTOS DA PARAIBA ADV: FERNANDA ALVES. Despacho: Intime-se O Advogado do devedor para pagar o débito no prazo de 15 dias, acrescido de custas, se houver sob pena de o débito ser acrescido de multa de 10%, além de outras 10% de honorários advocatícios, perhor e avaliação.



JUNTADA
Auto a este(s) auto(s) o Petição
Pecul. 21 de 09 que segue(m)
de 20 16
Analista / Técnico(a) Judiciário(a) - 4º Ofício





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA**

05 09 16
[Assinatura]

Processo: 0000485-47.2015.815.0271

WILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, que demonstra que o requerente se encontra trabalhando como **SECRETÁRIO ESCOLAR** e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual. Por fim, requerer a **JUSTIÇA GRATUITA**.

Cumpre ressaltar inicialmente que foi colacionado nos autos declaração de pobreza informando que a promovente da presente demanda é pobre nos termos da lei, o que é suficiente para provar que a requerente não tem condições de arcar com despesas processuais e com os honorários advocatícios.

Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: "*a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4a. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412).*" Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como "*direito e garantia fundamental*" do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

Porém, junto a esta peça, **cópia do contracheque**, testificando que a mesma se encontra trabalhando como SECRETÁRIA ESCOLAR em uma Escola Estadual na cidade de Nova Palmeira/RN e percebe como remuneração apenas um salário mínimo, o que o impossibilita de arcar com as custas processuais.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Desta forma, fica demonstrado que o autor não possui condições de arcar com as custas processuais, ficando claro a situação de pobreza do peticionário, bem como que reside nessa Comarca, conforme se infere no comprovante de pagamento da energia elétrica em anexo, como endereço na Rua Candido Eulalia da Costa, s/n, Centro, município de Nova Palmeira/PB.

Diante do exposto, requer o peticionário que lhe seja concedido os beneplácitos da justiça gratuita, bem como que seja aprazada audiência de conciliação e/ou instrução e julgamento, e, a posterior citação da ré.

Nesses termos,
pede deferimento.

Picuí, 05 de setembro de 2016.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





Governo da Paraíba
Secretaria da Administração
Contracheque

Orgão: SEC. EST. EDUCACAO
Nome: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA
Matrícula: 1894651
Cargo: SECRETARIO ESCOLAR
Classe Funcional: 0
Unid. Trabalho: EEEF ANTONIO COELHO DANTAS
T.S. Apos.: 0/0 (REF. JULHO/2016)
Regime: SEM VINCULO
Lotação: SEC. EST. EDUCACAO
Mês/Ano: JULHO DE 2016

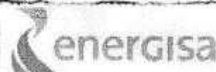
CÓDIGO	VANTAGEM/DESCONTO	PRAZO	VANTAGEM	DESCONTO
22	VENCIMENTOS PESSOAL COMISSAO		97,49	
125	REPRESENTACAO COMISSAO		97,49	
610	SALARIO FAMILIA		29,16	
670	COMPLEMENTO REMUNERACAO		685,02	
997	INSS - RGPS			70,40
TOTAIS			909,16	70,40
				838,76

Consulta realizada em: 01/05/2016. Autenticação: 7a399bbcafe7e8163e835d7e0d43b374



32
Q

MIRLANE MARIA LIMA DOS SANTOS
RUA CANDIDO EULALIA DA COSTA, S/N - CENTRO
NOVA PALMEIRA / PB CEP: 58184-000 (RG: 80)



Classificação: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO
Roteiro: 4 - R2 - 095 - 0240
UF: PB Medidor: 0000045 547

Referência: Ago/2016
Emissão: 10/08/2016

ENERGISA PARANÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
B. 230, Km 25 - Centro Reitor - Jua - Picos/PB - CE - 55001-000
CNPJ: 09.095.163/0001-40 - Ins. Est. 15.015.125.11

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.280.128
Código para Débito Automático: 000513343238

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1334033-8**

Ago / 2016

Canal de contato

Apresentação

Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002

10/08/2016

Data prevista da próxima leitura

12/09/2016

CPF/CNPJ/RANI

5811020476
Insc. Est.

Faturas em atraso

FATURAS VENCIDAS ATÉ 10 DIAS ANTES DO DIA 05/09/2016 PAGAS OBRIGADOR

Histórico de Consumo (kWh)

Jul/16	101
Jun/16	88
Ma/16	88
Ab/16	78
Ma/16	97
Fev/16	84
Jan/16	92
Dez/15	68
Nov/15	73
Out/15	62
Set/15	77
Ago/15	8

MEDIDA DE USO MENSAL INVERSA
74 kWh

	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	10/07/16	10/08/16	10/08/16		
Leitura	6048	6020	1	72	30
Demonstrativo					
Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)		
Consumo até 20kWh - BR	30	0,1469	4,33		
Consumo - 31 a 100kWh - BR	42	0,24796	10,41		
Subsídio			15,38		
ICMS			10,32		
PIS			0,15		
COPINS			0,71		
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS					
CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			9,49		
Devolução Subsídio			-15,30		

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	41,29	25,00	10,32
PIS	41,29	0,3796	0,15
COPINS	41,29	1,7393	0,71

VENCIMENTO

17/08/2016

TOTAL A PAGAR

R\$ 29,37

RESERVADO AO RISCO

2084 a3d2 c7f1f4bb b861.1a24 205f.60dc

Indicadores de Qualidade

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DICA TOTAL	5,80	0,00	
DICA TRAFEGITRAL	1,59		
DICA FALHA	29,18		NOMINAL 220
DICA FALHA	3,30	0,00	CONTRATADA 202
FG TRAFEGITRAL	6,50		LIMITE INFERIOR 231
FG FALHA	3,30		LIMITE SUPERIOR
DICA	3,37	0,00	
DICA	2,22		

Composição do valor total da sua conta

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia PB	5,44	18,53
Carga de Energia	7,14	24,31
Serviço de Transmissão	0,43	1,46
Energia Gerada	1,73	5,89
Impostos (PIS e FICP)	14,53	49,61
Outros Serviços	0,30	1,00
Total	29,37	100,00

Valor de EUSD (R\$) e FICP (R\$) R\$ 9,33

ATENÇÃO

Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 15,38



CONCLUSÃO

Conclusões neste data de MHI JUIZ de Direito.

Procl. 21 de 09 de 2016

Anaílda / (Pronunciado) Jackson (Pronunciado)

PROVIMENTO

☒ CUMPRIDO () NÃO CUMPRIDO

17 / 10 / 2017

Sivanildo Torres Ferrelira





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

33
m

Processo Nº: 0000485-47.2015.815.0161

DESPACHO

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Analisando os autos, verifico que a presente ação versa sobre indenização relativa ao seguro obrigatório DPVAT.

Ocorre que com a entrada em vigor do novo CPC, que passou a privilegiar o alinhamento das decisões judiciais aos precedentes, modifiquei meu entendimento sobre a matéria, alinhando-o ao entendimento majoritário que vem prevalecendo no TJPB, que exige a negativa administrativa para o manejo da ação judicial.

Com efeito, conforme decisões da **1ª Câmara Cível**, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002798120158150061, Relator DESA MARIA DE FATIMA MORAES B CAVALCANTI, j. em 07-01-2016; da **2ª Câmara Cível**, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00072798820158150011, Relator DES OSWALDO TRIGUEIRO DO VALLE FILHO j. em 20-01-2016 e da **3ª Câmara Cível**, ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00062643120158152001, Relator DES. JOSE AURELIO DA CRUZ, j. em 14-03-2016, em consonância com entendimento do STF, ementa citada em rodapé, passaram a exigir o prévio requerimento administrativo, para a parte autora demonstrar interesse de agir no ajuizamento de ação.

Ressalte-se que somente a 4ª Câmara Cível continua a admitir o ajuizamento dessas ações, sem necessidade do prévio requerimento administrativo.

Todavia, concluo que a evolução jurisprudência do TJPB caminha-se, em sede de uniformização de jurisprudência, para firmar-se pela necessidade de negativa na via administrativa.

Sendo assim, faz-se necessário que intime(m)-se a parte promovente para, no prazo de 15 (dez) dias, emendar a inicial, instruindo-a com prévio requerimento administrativo e sua negativa junto à seguradora ré, sob pena de indeferimento da inicial¹.

Cumpra-se.

Picuí, 4 de novembro de 2016.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
JUIZ DE DIREITO

¹ RECURSO EXTRAORDINÁRIO, CIVIL E PROCESSUAL, CIVIL, DPVAT, NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR, MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL, JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240, RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welton Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assina do (fl. 157). "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a preferência resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação por ventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judicial do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecido nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (S1F - RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data do Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).



GERENCIAL

Certifico e dou fe que nesta data EXPEDI:

- | | |
|------------------------------|------------------------|
| () Mandado de Citação | () Carta Precatória |
| () Mandado de Intimação | () Carta de Citação |
| () Ofício nº _____ | () Carta de Intimação |
| () Alvará Judicial nº _____ | () Edital |
| () Mandado de Arrestação | () Alvará de Solução |
| X) Auto de Foro nº 044.117 | () _____ |

Feito em _____, 23 de _____ de 2017.

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





00355 Processo: 0004403-03.2013.815.0357 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: OJUIPIQUES DIVIDIO DE QUEIROZ NETO ADVOGADO: 016997PB BRUNO JOSE DE MELO TRAJANO, 032309PE ERONY FELIX DA COSTA ANDRADE, REU: ANDRE RODRIGUES ADVOGADO: 017327PB ATHOS OLIVEIRA SOARES. Despacho: Intime-se as partes para requerer o que lhes for de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

PIANCO

1A. VARA DE PIANCO NF 0471/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00386 Processo: 0001161-26.2016.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO DO JUIZ AUTORIZADO: MARIA DE FATIMA LACERDA ADVOGADO: 004466PB JOSE FERREIRA NETO, REU: ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS ADVOGADO: 12650APB JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO. Despacho: Intime-se a parte designada para o dia 15/04/2017, às 10h, no Fórum local.
00387 Processo: 0001455-65.2014.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO DO JUIZ AUTORIZADO: ARNOLDO GUERREIRO DE SOUSA ADVOGADO: 019800PB ALTON AZEVEDO DE LACERDA, 019800PB ANNA KALLINE LEONARDO ANTAS ALMEIDA, REU: BANCO DO BRASIL S/A ADVOGADO: 008123PR LOUISE RAINE F. PEREIRA GONÇALVES. Despacho: Intime-se a parte suplicada, para eleger o advogado e o pagamento da obrigação imposta ao litigante judicial em 15 dias, sob pena de aplicação da multa conforme art. 323, inciso II.

2A. VARA DE PIANCO NF 0451/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00388 Processo: 0000034-10.2014.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: JOAO BATISTA DE LIMA ADVOGADO: 013291PB DAMAZO GOMES LEMUS. Sentença: Encargos rejeitados.
00389 Processo: 0001086-16.2013.815.0261 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: CREGINALDA DE CARVALHO LIMA ADVOGADO: 018747PB PAULO CESAR CONSERVA, 015186PB CHRISTIAN JEFFERSON DE SOUSA LIMA. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora, para no prazo de dez dias, produzir prova que a parte requerida.
00390 Processo: 0001125-5.2013.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: MICHELSON CROCIOLIA ADVOGADO: 006030PB FRANCISCO LEITE MIBERVENIO. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para pagar as custas e as despesas com peritos, no prazo de 15 dias.
00391 Processo: 0001356-1.2011.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: RITA NETO DA SILVA ADVOGADO: 018439PB GILDERLANDI ALVES FERREIRA. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para manifestar sobre a expedição dos autos.

00392 Processo: 0002025-89.2012.815.0261 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: BANCO SANTANDER S/A ADVOGADO: 011340PB WILSON SALES BELCHIOR, 011340PB WILSON SALES BELCHIOR. Despacho: Intime-se o advogado de banco para, em 15 dias, acostar aos autos os comprovantes de depósitos e transferências nos empréstimos relacionados às 12013, bem como comprovantes de depósitos e transferências nos valores em favor do réu, no prazo de 15 dias.
00393 Processo: 0001127-32.2003.815.0261 - EXECUÇÃO FISCAL AUTORIZADO: CRF CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DA PARAIBA ADVOGADO: 011320PB NELSON CALISTO DOS SANTOS, 007102PB SEVERINO CELESTINO DA SILVA FILHO. Despacho: Intime-se o advogado do promotor para tomar ciência da sentença de extinção do processo.

2A. VARA DE PIANCO NF 0491/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 11-09-80).
00394 Processo: 0001455-65.2013.815.0261 - ACÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: JOAO ADVOGADO: 005055PB JOSE MARCILIO BATISTA. Despacho: Intime-se o advogado de acusação, para no prazo de 05 (cinco) dias, requerer diligências se assim desejar.

PICUÍ

VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI NF 0441/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00395 Processo: 0000165-20.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: LEONIDAS FARIAS DE BARRAS ADVOGADO: 017839PB JAILSON GOMES DE ANDRADE FILHO, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: Intime-se a parte promovedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 25 dos autos.

00396 Processo: 0000255-84.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: PEDRO NUNES DOS SANTOS FILHO ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: Intime-se a parte promovedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 35 dos autos.

00397 Processo: 0000255-84.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: JACSON VASCONCELOS SILVA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: 002052A ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, 000198PB CAROLINE ALBUQUERQUE GADIELLA DE MOURA. Despacho: Intime-se o autor à rélica, no prazo de 15 (quinze) dias.

00398 Processo: 0000035-21.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: ALDEMIR DANTAS DE MOURA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: Intime-se o autor à rélica, no prazo de 15 (quinze) dias.

00399 Processo: 0000455-65.2010.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: JOSE MARCONI DANTAS ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, 015689PB SILANIELYSON MONTEIRO MORAES, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: 02211PB ROBERTO INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se o promovedor para, no prazo de 10 (dez) dias, pagar as custas e honorários periciais.

00400 Processo: 0000485-47.2015.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: Intime-se a parte promovedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 33 dos autos.

00401 Processo: 0000675-44.2014.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: ROLDA MARIA DE MELO AZEVEDO ADVOGADO: 006831PB CHARLES PEREIRA DINIZ, REU: MUNICÍPIO DE PIRAJÁ ADVOGADO: 005955PB EDVALDO PEREIRA GOMES. Despacho: Intime-se o autor à rélica, no prazo de 15 (quinze) dias.

00402 Processo: 0000675-44.2014.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: FELIPE FERNANDO DA NOBREGA SANTOS ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: 016838PB ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, 000222A ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA. Despacho: Intime-se a parte autora à rélica, no prazo de 15 (quinze) dias.

00403 Processo: 0001285-86.2010.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: ADALSON DOS SANTOS OLIVEIRA ADVOGADO: 018455PB CARLOS ITAMAR SOUTO VASCONCELOS, REU: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA ADVOGADO: 005955PB EDVALDO PEREIRA GOMES. Despacho: Intime-se o autor à rélica, no prazo de 10 (dez) dias, pagar os honorários periciais, no valor de um salário mínimo.

00404 Processo: 0001425-40.2014.815.0271 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: ANTONIA SALDINO DOS SANTOS OLIVEIRA ADVOGADO: 018455PB CARLOS ITAMAR SOUTO VASCONCELOS, REU: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA ADVOGADO: 005955PB EDVALDO PEREIRA GOMES. Despacho: Intime-se o autor à rélica, no prazo de 10 (dez) dias, pagar os honorários periciais, no valor de um salário mínimo.

00405 Processo: 0001535-21.2009.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: EDNALDO LUCIO DE MACEDO JUNIOR ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS, REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A ADVOGADO: 006979PB JOSE FERNANDES VIEIRA NETO, 022711PB ROBERTO INACIO DOS SANTOS. Despacho: Intime-se o promovedor para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 62 dos autos.

00406 Processo: 0001535-21.2009.815.0271 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: JOSE ARIMATEA FERREIRA ADVOGADO: 013220PB NILO TRIGUEIRO DANTAS. Despacho: Intime-se a parte promovedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 37 dos autos.

POCINHOS

VARA ÚNICA DE POCINHOS NF 0451/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00407 Processo: 0001288-40.2015.815.0541 - DIVÓRCIO LITIGIOSO AUTORIZADO: JOSEFA DOS SANTOS SOARES SILVA ADVOGADO: 014602PB MOISES TAVARES DE MORAES, REU: LUIZ ORACIO DA SILVA. Despacho: Intime-se o advogado do autor para audiência de conciliação no dia 30/03/2017, às 09h, no fórum local.

VARA ÚNICA DE POCINHOS NF 0451/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 11-09-80).
00408 Processo: 0000485-47.2015.815.0541 - ACÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: JOAO DANTAS DA SILVA JUNIOR ADVOGADO: 008918PB JOSE ROBERTO COUTINHO DE QUEIROZ. Despacho: Intime-se o advogado do acusado para apresentar Alegações Finais, no prazo de 10 dias.

00409 Processo: 0000317-77.2015.815.0541 - ACÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: ANDRÉ ALVES DA SILVA ADVOGADO: 018203PB FÁBIO DAS ROSAS DOS SANTOS. Despacho: Intime-se o advogado do acusado para apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 08-40 horas, no Fórum local.

00410 Processo: 0000317-77.2015.815.0541 - ACÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: RALFE, JOHNSTON RODRIGUES SILVA ADVOGADO: 008918PB JOSE ROBERTO COUTINHO DE QUEIROZ. Despacho: Intime-se o advogado do réu para audiência de instrução e julgamento designada para o dia 11/04/2017, às 08h00, no Fórum local.

POMBAL

1A. VARA DE POMBAL NF 0521/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00412 Processo: 0000165-20.2015.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: TALLEO FORMIGA DO NASCIMENTO ADVOGADO: 011211PB ADMILSON LEITE DE ALMEIDA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 29/04/2017, às 10h30, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00413 Processo: 0000919-24.2016.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: M. N. F. ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer ao fórum local no próximo dia 29/04/2017, às 08h00, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00414 Processo: 0000919-24.2016.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: MARA CARMELETA DA SILVA ADVOGADO: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 28/04/2017, às 08h40, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00415 Processo: 0000919-24.2016.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: MARA CARMELETA DA SILVA ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 28/04/2017, às 08h40, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00416 Processo: 0000919-24.2016.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: A. A. S. ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 28/04/2017, às 08h30, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00417 Processo: 0001005-77.2016.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: M. N. F. ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 28/04/2017, às 08h30, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00418 Processo: 0001125-23.2015.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: M. L. S. ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 29/04/2017, às 08h40, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

00419 Processo: 0001125-23.2015.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: M. L. S. ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 29/04/2017, às 08h00, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

1A. VARA DE POMBAL NF 0521/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00420 Processo: 0000908-77.2016.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: M. V. S. A. ADVOGADO: 028669CE GILDO LEOBINO DE SOUZA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado da parte autora para comparecer no fórum local no próximo dia 29/04/2017, às 08h30, para audiência de conciliação, oportunidade em que deverá comparecer o autor.

2A. VARA DE POMBAL NF 0501/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00421 Processo: 0000908-77.2016.815.0301 - ACÇÃO CIVIL DE IMPROB. AUTORIZADO: REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO REU: CRISTOVÃO AMARAL DA SILVA ADVOGADO: 011328PB DIOGO MATA MARIZ. REU: MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS AUTORIZADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS. Despacho: Intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, valor: R\$ 1.181,236,36.

00422 Processo: 0000908-77.2016.815.0301 - ACÇÃO CIVIL DE IMPROB. AUTORIZADO: REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO REU: CRISTOVÃO AMARAL DA SILVA ADVOGADO: 011328PB DIOGO MATA MARIZ. REU: MUNICÍPIO DE CAJAZEIRINHAS AUTORIZADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAZEIRINHAS. Despacho: Intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias.

00423 Processo: 0001125-23.2015.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: TIAGO OLAS DE SOUSA ADVOGADO: 005874PB ALBERG BANDEIRA DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se o promovedor, por intermédio de seu causídico para no prazo legal apresentar as contrarrazões da apelação interposta às fls. 436/448.

3A. VARA DE POMBAL NF 0511/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00424 Processo: 0000873-43.2014.815.0301 - INTERDIÇÃO AUTORIZADO: GERALDO ROCHA SILVA ADVOGADO: 008874PB ALBERG BANDEIRA DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, fazer a entrega da informação de f22, requerendo o que entender de direito.

00425 Processo: 0001242-16.2013.815.0301 - INVENTÁRIO AUTORIZADO: MARILINORREGA MEDEIROS ADVOGADO: 011815PB FRANCISCO GOMES MOURA. Despacho: Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar o feito, manifestando, ainda, das doutrinas de f24/f25, e, querendo, requerer o que entender de direito.

00426 Processo: 0001803-09.2014.815.0301 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: ROZANGELAMATEUS DA SILVA ADVOGADO: 008874PB ALBERG BANDEIRA DE OLIVEIRA. Despacho: Intime-se a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a inicial, conforme Despacho proferido às fls. 20/21, na sala de audiência da 3ª Vara da Comarca de Pombal-PB. Autor intimado através de advogado (CPC, art. 234, § 2º).

00427 Processo: 00002619-30.2010.815.0301 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: RAIMUNDO NUNES DOS SANTOS ADVOGADO: 011211PB ADMILSON LEITE DE ALMEIDA JUNIOR, 012671PB MARIA DO CARMO ELIANA DANTAS PEREIRA, REU: PEDRO CELESTINO DANTAS FILHO ADVOGADO: 006843PB ANTONIO CESAR DE SOUSA ADVOGADO: 000198PB CARLOS ITAMAR SOUTO VASCONCELOS, REU: ESPORTE BARRICA DE ALMEIDA ADVOGADO: 013891PB VLADIMIR MAGNUS REZERRA JAPYASSU. Despacho: Intime-se o advogado do réu para impugnar o requerimento de Encargos e Penhora, no prazo legal.

00428 Processo: 0000287-16.2014.815.0301 - PROCEDIMENTO SUMÁRIO AUTORIZADO: MARA ANJELIA GADIELLA DE SOUSA ADVOGADO: 008874PB ALBERG BANDEIRA DE OLIVEIRA, REU: BANCO SANTANDER S/A ADVOGADO: 033080PB ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA. Despacho: Intime-se a parte promovedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas processuais previstas em 1984/99, conforme determinado na sentença de f. 110/111.

3A. VARA DE POMBAL NF 0511/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 11-09-80).
00429 Processo: 0001205-44.2013.815.0301 - ACÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: VITORIANO LUCIANA DE OLIVEIRA ADVOGADO: 011884PB JACQUES RAMOS WANDERLEY. Despacho: Intime-se o promovedor para, no prazo de 05 (cinco) dias, justificar o descumprimento da condição de comparecimento mensal, conforme parágrafo 1º, do artigo 15, inciso III, da Lei 8.073 de 1990, sob pena de revogação do benefício.

00430 Processo: 0001094-41.2015.815.0301 - ACÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO AUTORIZADO: DE ALMEIDA ADVOGADO: 013365PB EMANUEL DE JESUS CARDOSO DE ANDRADE, REU: DEOCLAY ALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO: 011811PB CLAUDINOR LUCIO DE SOUSA JUNIOR, REU: NEY ROSSON LUCENA PEREIRA ADVOGADO: 011211PB ADMILSON LEITE DE ALMEIDA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado do réu, no prazo legal.

PRINCESA ISABEL

3A. VARA DE PRINCESA ISABEL NF 0271/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00431 Processo: 0000912-42.2011.815.0311 - EXECUÇÃO DE TÍTULO AUTORIZADO: BANCO DO NOROESTE DO BRASIL S/A ADVOGADO: 013238PB CARLOS MOCH DE CARVALHO NETO. Despacho: Intime-se o executado para apresentar a defesa, sob pena de aplicação do processo de execução, conforme determinado na decisão que suspendeu o processo por inidoneidade.

QUEIMADAS

1A. VARA DA COMARCA DE QUEIMADAS NF 0481/17 (Parágrafo 2º, do Art. 370 do CPC com redação da Lei 8.701 de 11-09-80).
00432 Processo: 0001060-02.2012.815.0081 - MEDIDAS PROTETIVAS DE VITIMA: ISABELLA VIEIRA RAMOS, REU: GELSON ALVES DE QUEIROZ ADVOGADO: 003689PB HUMBERTO ALBINO DE MORAES, 01744PB HUMBERTO ALBINO DA COSTA JUNIOR. Despacho: Intime-se o advogado de defesa para apresentar a defesa, sob pena de aplicação do processo de execução, conforme determinado na decisão que suspendeu o processo por inidoneidade.

RIO TINTO

VARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO TINTO NF 0451/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00433 Processo: 0000983-17.2015.815.0581 - PROCEDIMENTO ORDINÁRIO DO JUIZ AUTORIZADO: REGINALDO MARCULINO ADVOGADO: 000519PB RENALDO RIBEIRO DOS SANTOS, REU: JOSE WAMBERTO QUEIROZ NUNES. Despacho: Intime-se a parte autora para fazer sobre a carta cautelar de fls. 70/53 devolvida sem cumprimento.

SANTA LUZIA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTA LUZIA NF 0451/17 (INTIMAÇÃO: ART. 236 DO CPC).
00434 Processo: 0000265-20.2009.815.0531 - EXECUÇÃO DE TÍTULO E AUTORIZADO: TOTAL INTER BUIDORA S/A ADVOGADO: 008669PB EDGLAY DOMINGUES BEZERRA. Despacho: Intime-se o advogado do réu para requerer as diligências necessárias visando a satisfação de seu crédito.



JUNTA DA
Junta a (autores) a Petição
Pres. 28 de 08 de 2019
Analista Técnica (a) Iranilda Dantas, 4º Ofício



35
Q

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI -
ESTADO DA PARAÍBA.

DATA
Recebido nesta data em Cartório
Picui 28/08/17
Revisado / Recusado

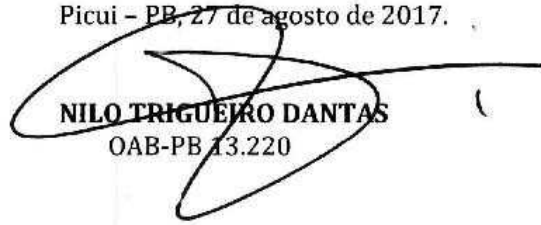
PROCESSO Nº. 0000485-47.2015.815.0271

VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, **REQUERER**, e emendar a inicial, no sentido de juntar o comprovante que o requerente pleiteou Administrativamente a indenização do seguro dpvat antes de ingressar em juízo, requerimento esse cadastrado junto a ré sob **sinistro nº. 3170458751**, conforme faz prova o documento agora colacionado aos autos.

Diante do exposto, requer o peticionário que lhe seja concedido os beneplácitos da justiça gratuita, bem como que seja aprazada audiência de conciliação e/ou instrução e julgamento, e, a posterior citação da ré.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Picui - PB, 27 de agosto de 2017.


NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picui - PB
CEP: 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 9190



SINISTRO 3170458751 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO Mapfre Vera Cruz
Seguradora S/A #624

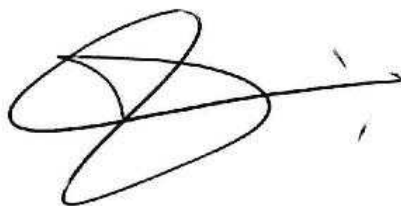
BENEFICIÁRIO VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 02997794404

Posição em 27-08-2017 10:38:20

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Comprovação de ato declaratório	Vítima	Não Conforme	
Declaração do Proprietário do Veículo	Vítima	Pendente	
Comprovante de residência	Beneficiário	Não Conforme	VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA
Declaração Circular SUSEP 445/12	Beneficiário	Não Conforme	NILO TRIGUEIRO DANTAS



CONCLUSÃO

Concluído nesta data ao Km. Juiz de Direito.

Picad. 281 08 117

Análise Judiciária / Técnica Judiciária





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ**

Processo nº 485-47.2015.815.0271

DESPACHO

Vistos etc.,

Defiro o pedido de justiça gratuita, eis que os documentos de fis. 31 é indicativo de que o autor tem renda mensal inferior a 02 salários-mínimos.

Ademais, dispenso neste momento processual a audiência de conciliação/mediação, tendo em vista a ausência de núcleo de conciliação na comarca, bem como porque a prática forense revela que em ações desta natureza, somente após a realização de perícia é que a parte promovida apresenta proposta de acordo, mostrando-se assim, por hora, contraproducente a realização da mesma.

Sendo assim, determino a citação da parte promovida para querendo em 15 dias apresentar contestação, bem como a intimação da parte autora para em seguida, se juntada defesa, em 15 dias impugnar.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de janeiro de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000485-47.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0000485-47.2015.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 30 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000485-47.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0000485-47.2015.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 30 de julho de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0000485-47.2015.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: VILMA KARLA ALVES DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**Endereço: Avenida Senador Dantas, 74, - 5º Andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP:
2 0 0 3 1 - 2 0 5**

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado
cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na
p e t i ç ã o i n i c i a l .

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 13 de março de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	1904161145310000000020028313
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19073013465175700000022406620
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19073013465175700000022406620



